Terrabrás: Soberania Mineral para um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento

Ryan Rosa

09/06/2026

O Brasil vive um momento decisivo de sua história. Em meio à reorganização da economia mundial, à disputa por recursos estratégicos e à transição energética que transformará a indústria do século XXI, nosso país encontra-se diante de uma escolha fundamental: continuar sendo um exportador de riquezas naturais e importador de tecnologia ou utilizar seu imenso patrimônio mineral para construir um novo ciclo de desenvolvimento nacional.



Poucos países possuem condições tão privilegiadas quanto o Brasil. Somos detentores das maiores reservas mundiais de nióbio, possuímos uma das maiores reservas de terras raras do planeta e importantes depósitos de lítio, grafita, cobre, níquel e outros minerais fundamentais para a produção de baterias, semicondutores, equipamentos de energia renovável, sistemas de defesa e tecnologias digitais. Esses recursos são hoje objeto de intensa disputa internacional e passaram a ocupar posição central nas estratégias econômicas e geopolíticas das grandes potências.

Apesar dessa riqueza extraordinária, o Brasil ainda atua, em grande medida, como fornecedor de matéria-prima para outros países. Extraímos recursos estratégicos, exportamos grande parte deles com baixo grau de processamento e importamos produtos industrializados com alto valor agregado. Essa lógica perpetua a dependência tecnológica, reduz a capacidade de geração de empregos qualificados e limita o potencial de desenvolvimento econômico nacional.

É diante dessa realidade que surge a necessidade da criação da Terrabrás.

A Terrabrás não deve ser compreendida apenas como mais uma empresa estatal. Trata-se de um instrumento estratégico para garantir que as riquezas minerais brasileiras estejam subordinadas aos interesses do desenvolvimento nacional e não exclusivamente à lógica do mercado internacional. Sua missão seria planejar, coordenar, participar e impulsionar toda a cadeia produtiva dos minerais estratégicos, desde a pesquisa geológica até o beneficiamento industrial e o desenvolvimento tecnológico.

A experiência internacional demonstra que os países que alcançaram maior desenvolvimento econômico não abriram mão do controle sobre seus recursos estratégicos. Ao contrário, construíram mecanismos públicos capazes de orientar investimentos, proteger interesses nacionais e garantir que a riqueza produzida fosse revertida para a sociedade. O Brasil fez isso com sucesso em diferentes momentos de sua história, especialmente nos setores de energia e petróleo. Não existe razão para que os minerais estratégicos recebam tratamento diferente.

A criação da Terrabrás permitiria ao Estado brasileiro assumir papel ativo em um setor decisivo para o futuro da economia mundial. Mais do que arrecadar tributos, a União passaria a participar diretamente da riqueza gerada, fortalecendo sua capacidade de investimento em educação, ciência, infraestrutura e políticas públicas.

Outro aspecto fundamental é a industrialização. Não faz sentido que um país com reservas tão expressivas de minerais estratégicos continue exportando riqueza bruta enquanto importa baterias, componentes eletrônicos e tecnologias associadas à transição energética.

A Terrabrás deve ser um instrumento para estimular a agregação de valor em território nacional, fortalecendo cadeias produtivas, ampliando a produção industrial e gerando empregos de alta qualificação.

Esse processo precisa estar articulado às universidades públicas, institutos federais e centros de pesquisa. A soberania mineral não se resume à posse do recurso natural. Ela depende da capacidade de transformar conhecimento científico em inovação tecnológica e desenvolvimento industrial. A Terrabrás pode ser o elo capaz de conectar a riqueza do subsolo brasileiro à inteligência produzida por nossas instituições de ensino e pesquisa.

Da mesma forma, a exploração mineral estratégica deve ser acompanhada por rigorosos critérios ambientais e mecanismos permanentes de participação social. O desenvolvimento nacional não pode reproduzir práticas predatórias nem ignorar os direitos das populações atingidas. A riqueza mineral deve servir ao conjunto da sociedade brasileira, respeitando o meio ambiente e garantindo benefícios concretos para as comunidades locais.

A discussão sobre a Terrabrás não é apenas econômica. Trata-se de uma escolha sobre o modelo de país que queremos construir. Um país que entrega seus recursos estratégicos e permanece dependente tecnologicamente ou uma nação que utiliza suas riquezas para promover industrialização, inovação, geração de empregos e soberania.

A história demonstra que os momentos de maior avanço nacional ocorreram quando o Brasil teve coragem de planejar seu futuro e colocar seus recursos a serviço do interesse público. A criação da Terrabrás insere-se nessa tradição. É uma proposta voltada para o século XXI, capaz de transformar nossas riquezas minerais em desenvolvimento, conhecimento, autonomia tecnológica e prosperidade para o povo brasileiro.

Diante das transformações que marcam o cenário internacional, adiar esse debate significa desperdiçar uma oportunidade histórica. O Brasil possui os recursos, o conhecimento e a capacidade para liderar uma nova etapa de desenvolvimento nacional. A Terrabrás pode ser um dos instrumentos centrais dessa construção.

Ryan Rosa *é vereador e professor em Cachoeira do Sul*

Compartilhe nas redes: